# COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DOS POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS

#### **PROJETO DE LEI Nº 4.676, DE 2023**

Modifica a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para tratar do Desporto Indígena.

Autor: Deputado DEFENSOR STÉLIO

**DENER** 

Relator: Deputado DORINALDO MALAFAIA

## I - RELATÓRIO

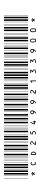
O Projeto de Lei nº 4.676, de 2023, de autoria do ilustre Deputado Defensor Stélio Dener, propõe a modificação da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 (Lei Pelé), com o objetivo de instituir o Subsistema do Desporto Indígena no âmbito do Sistema Nacional do Desporto.

Em sua justificação, aponta o autor que a proposta atualiza iniciativa anterior (PLS 247/2011), infelizmente arquivada no Senado Federal, e visa assegurar aos povos indígenas o direito ao exercício de suas manifestações desportivas, reconhecendo sua vinculação com os processos culturais dessas comunidades. Destaca ainda que a inclusão do desporto indígena no ordenamento jurídico deve ocorrer em conformidade com os preceitos constitucionais que protegem as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras.

O projeto não possui apensos.

O projeto foi distribuído às Comissões de Esporte; Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD).





presentação: 23/06/2025 11:28:17.530 - CPOVO. PRL 1 CPOVOS => PL 4676/2023

Na Comissão do Esporte, em 07/05/2024, foi apresentado parecer da Relatora, Deputada Flávia Morais (PDT-GO), pela aprovação, com substitutivo, tendo o parecer sido aprovado em 19/06/2024.

O substitutivo apresentado promove ajustes de redação, substituindo a expressão "desporto indígena" por "esporte indígena" e reiterando as diretrizes propostas pelo autor para o subsistema, tais como a articulação com órgãos de política indígena, a colaboração federativa, o respeito às especificidades culturais e a participação indígena nos órgãos colegiados de formulação e avaliação de políticas públicas.

A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso III, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

É o relatório.

#### II - VOTO DO RELATOR

Compete a esta Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais, nos termos do art. 32, XXVI, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, manifestar-se sobre o *mérito* do Projeto de Lei nº 4.676, de 2023, especialmente no que se refere às políticas voltadas aos povos originários.

Nesse aspecto, o projeto revela-se indiscutivelmente meritório.

Como bem destaca o ilustre autor, o reconhecimento e o fomento às manifestações desportivas indígenas representam não apenas a efetivação de um direito constitucional, mas também uma medida concreta de valorização das culturas tradicionais, em consonância com o § 1º do art. 215 da Constituição Federal.

A proposição contribui para a efetivação dos compromissos assumidos pelo Brasil no âmbito da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais da UNESCO, promulgada pelo Decreto nº 6.177, de 2007. Ao propor a criação de um subsistema específico





A medida também está em consonância com os compromissos previstos na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), promulgada pelo Decreto nº 5.051, de 2004, e consolidada pelo Decreto nº 10.088, de 2019, que estabelece a obrigação dos Estados de reconhecer e valorizar as culturas, instituições e modos de vida dos povos indígenas. Ao prever a participação de representantes indígenas na formulação e avaliação das políticas públicas relativas ao esporte, o projeto incorpora o princípio da consulta e do protagonismo desses povos nas decisões que lhes dizem respeito, em conformidade com os artigos 5º e 6º da referida convenção.

Por fim, a proposta também concretiza os princípios da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, promulgada pelo Decreto nº 5.753, de 2006. As práticas esportivas tradicionais indígenas constituem patrimônio imaterial coletivo, transmitido entre gerações e portador de identidade cultural. A institucionalização do subsistema do esporte indígena, com respeito às especificidades locais e culturais, configura uma medida de salvaguarda que visa à proteção, valorização e continuidade dessas manifestações culturais, em plena consonância com o disposto nos artigos 2, 3 e 13 da convenção.

O substitutivo aprovado na Comissão do Esporte mantém a essência da proposta original, aprimorando-a do ponto de vista técnico e redacional. Ao substituir a expressão "desporto indígena" por "esporte indígena", promove maior conformidade com a terminologia já adotada na legislação brasileira, sem prejuízo ao conteúdo normativo. Preserva, ainda, as diretrizes fundamentais do subsistema proposto, assegurando a articulação com órgãos de política indígena, a colaboração federativa, o respeito às especificidades culturais e a participação efetiva das populações indígenas na formulação das políticas públicas.





Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.676, de 2023, na forma do substitutivo aprovado na Comissão do Esporte.

Sala da Comissão, em 23 de junho de 2025.

## Deputado DORINALDO MALAFAIA Relator

2025-2733



